

DOCUMENTOS QUE EMBASARAM A PESQUISA DE PREÇOS

LicitaCon / Busca de Contratos /

Contrato 7/2024



| | |
|---------------|--|
| Órgão | CISVALE - CONS. INTERM. DE SERVIÇOS DO VALE DO RIO PARDO |
| Licitação | Processo de Dispensa 12 / 2024 |
| Objeto | contratação de empresa para instalação e manutenção de painéis embutidos e de sobrepor com fornecimento de lâmpadas, e manutenção corretiva de caneta de eletroautêrio, no prédio do Consórcio Intermunicipal de Serviços do Vale do Rio Pardo (CISVALE) |
| Contratado | Jeferson Luis da Cruz 03775332030 (36.757.171/0001-07) |
| Assinatura | 30/09/2024 |
| Vigência | 30/10/2024 a 29/11/2024 |
| Valor Inicial | 5.294,50 |
| Valor Atual | 5.294,50 |

Termo de credenciamento 10/2024



| | |
|---------------|---|
| Órgão | PM DE BOA VISTA DO BURICÁ |
| Licitação | Chamamento Público / Credenciamento 3 / 2024 |
| Objeto | CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAR SERVIÇOS NECESSÁRIOS RELACIONADOS À MANUTENÇÃO E PRESERVAÇÃO DE SUAS INSTALAÇÕES E ESPAÇOS PÚBLICOS. |
| Contratado | GIRNEI A. HAHN ELETRICISTA ME (17.859.827/0001-58) |
| Assinatura | 21/03/2024 |
| Vigência | 21/03/2024 a 21/03/2025 |
| Valor Inicial | 92.550,00 |
| Valor Atual | 92.550,00 |

Contrato 18/2024



| | |
|---------------|---|
| Órgão | CM DE CACHOEIRINHA |
| Licitação | Pregão Lei 14.133/21 Eletrônico 2 / 2024 |
| Objeto | Manutenção predial para pequenas reformas e pequenas obras na Câmara Municipal de Cachoeirinha. |
| Contratado | NIKOLAS AGUIAR DA ROSA LTDA. (30.217.108/0001-00) |
| Assinatura | 29/04/2024 |
| Vigência | 03/04/2024 a 02/04/2025 |
| Valor Inicial | 201.849,00 |
| Valor Atual | 201.849,00 |

Fontes consultadas por meio do LICITACON Cidadão, conforme links abaixo:

https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:23:::NO:23:P23_ID_CONTRATO,P23_PAG_RETORNO:1075950,28&cs=13HzLe0miA7EI_NXHtPljFw5Us3Q

https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:23:::NO:23:P23_ID_CONTRATO,P23_PAG_RETORNO:1093885,28&cs=1u2Km49cyMEmKtY2r5iMVyK7PjLU

https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:23:::NO:23:P23_ID_CONTRATO,P23_PAG_RETORNO:1135368,28&cs=1UYU97LumExkQom3X-zGi_q24fBU

DOCUMENTOS QUE EMBASARAM A PESQUISA DE PREÇOS

Comparativo de preços conforme pesquisa realizada:

| Fonte | Instrumento | Contratante/Consultada | Contratada/Consultada | Objeto | Unidade | Valor Unitário |
|-------------------|---------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------|------------------------|---------|----------------|
| LICITACON Cidadão | Contrato 7/2024 | CISVALE | JEFERSON LUIS DA CRUZ | SERVIÇO DE ELETRICISTA | HORA | R\$ 56,50 |
| LICITACON Cidadão | Contrato 18/2024 | CM DE CACHOEIRINHA | NIKOLAS AGUIAR DA ROSA LTDA. | SERVIÇO DE ELETRICISTA | HORA | R\$ 36,02 |
| LICITACON Cidadão | Termo de Credenciamento 10/2024 | PM DE BOA VISTA DO BURICA | GIRNEI A. HAHN ELETRICISTA ME | SERVIÇO DE ELETRICISTA | HORA | R\$ 39,00 |
| Cotação direta | Solicitação de Orçamento Padrão | CESAR LUIZ PETRY – ME SERVIÇOS PETRY | | SERVIÇO DE ELETRICISTA | HORA | R\$ 35,00 |
| Cotação direta | Solicitação de Orçamento Padrão | WILMAR WATHIER | | SERVIÇO DE ELETRICISTA | HORA | R\$ 52,00 |
| Cotação direta | Solicitação de Orçamento Padrão | ZENI E PAULO SERVIÇOS TELEFONIA LTDA | | SERVIÇO DE ELETRICISTA | HORA | R\$ 60,00 |

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2024
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2024

1. DAS PARTES CONTRATANTES:

1.1 CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇOS DO VALE DO RIO PARDO (CISVALE), consórcio público, multifuncional, CNPJ nº 07.664.821/0001-71, com endereço a Rua Ernesto Alves, 875, Centro, CEP 96.810-144, no Município de Santa Cruz do Sul, através de seu Presidente Prefeita Municipal de Sinimbu **Sandra Marisa Roesch Backes**, domiciliado no Município de Sinimbu – RS, doravante designado **CISVALE**;

1.2 CONTRATADA: Jeferson Luis da Cruz MEI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 36.757.171/0001-07, com sede na Rua Mario Quintana, nº 89, bairro Faxinal Menino Deus, CEP 96840-594, no município de Santa Cruz do Sul/RS, neste ato representado por seu representante legal, o Sr. **JEFERSON LUIS DA CRUZ**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 037.753.320-30 e CI sob o nº 4120975323/SSP/RS, residente e domiciliado na Mario Quintana, nº 89, bairro Faxinal Menino Deus, CEP 96840-594, no município de Santa Cruz do Sul/RS, doravante designado **CONTRATADA**;

1.3 As partes acima qualificadas têm entre si, justo e acertado, o presente instrumento relativo à Contratação de empresa contratação de empresa para instalação e manutenção de painéis embutidos e de sobrepor com fornecimento de lâmpadas, e manutenção corretiva de caneta de eletrocautério, no prédio do Consórcio Intermunicipal de Serviços do Vale do Rio Pardo (CISVALE), vinculado ao processo de dispensa nº 012/2024.

2. DO OBJETO:

2.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para instalação e manutenção de painéis embutidos e de sobrepor com fornecimento de lâmpadas, e manutenção corretiva de caneta de eletrocautério, no prédio do Consórcio Intermunicipal de Serviços do Vale do Rio Pardo (CISVALE), conforme descrito abaixo:

| Nº | Descrição | Unidade de medida | Quantidade a ser consumida | Valor unitário (R\$) | Valor total (R\$) |
|----|---|-------------------|----------------------------|----------------------|-------------------|
| 1 | Lâmpadas LED 30W | UND. | 2 | R\$38,00 | R\$76,00 |
| 2 | Painéis LED sobrepor | UND. | 2 | R\$198,00 | R\$396,00 |
| 3 | Painéis LED embutidos | UND. | 15 | R\$265,00 | R\$3.975,00 |
| 4 | Hora técnica de 2 eletricitas concerto caneta eletrocautério e instalação e manutenção. | Hora | 07:30 | R\$ 113,00 | R\$ 847,50 |

b) A descrição completa dos serviços a serem efetuados encontram-se no orçamento fornecido pela CONTRATADA, o qual considera-se parte integrante do presente instrumento, independentemente de transcrição.

c) No preço proposto considerar-se-ão inclusos todos os custos referentes a materiais, equipamentos e ferramentas, bem como todas as despesas e obrigações relativas a salários, assistência técnica (quando solicitada), previdência social, tributos, contribuições, seguros, material de consumo, frete, lucro e tudo o mais que for necessário até a entrega definitiva ao CONTRATANTE.

3. DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

3.1 Estipulam as partes que a contratação dos serviços pelo CISVALE junto a CONTRATADA serão remunerados da seguinte forma:

3.1.1 - Valor total do contrato importa em **R\$ 5.294,50 (cinco mil e duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos)**

3.2 - O pagamento do valor definido no item anterior ocorrerá, mediante apresentação da nota fiscal.

3.3 O pagamento ocorrerá mediante transferência bancária, para conta indicada pela CONTRATADA, no prazo acima definido e mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, não sendo admitido outro meio de pagamento.

3.4 Como critério de atualização monetária por inadimplência, em caso de atrasos superiores a 30 dias, injustificados, IPCA acumulado no período respectivo, ou outro índice que vir a substituí-lo, e como compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, o percentual isolado de multa de 0,1% sobre a parcela objeto do atraso. Não se aplica o presente, em caso de atrasos justificados, ou por ausência de correta prestação do serviço, problemas na entrega do objeto, ou descumprimento do contrato.

4. DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E REAJUSTE:

4.1 O prazo para execução dos serviços é de até 30 (trinta) dias.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 - A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, e ainda:

I – Prestar o objeto contratado de acordo com as especificações deste contrato, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização, e obedecendo a legislação (leis, normas, resoluções, instruções normativas, normas técnicas, ambientais e afins) que o regulamentem direta ou indiretamente, em vigência;

II - Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato;

- III - Responder por danos materiais, ou físicos, causados por seus empregados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;
- IV - Prestar esclarecimentos ao contratante sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam independentemente de solicitação;
- V - Apresentar, imediatamente, nos casos de cisão, incorporação ou fusão, a documentação comprobatória de sua situação.
- VI - Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados;
- VII - Possibilitar ao contratante, em qualquer etapa, o acompanhamento completo do fornecimento/execução do objeto da licitação, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação da CONTRATANTE;
- VIII - Atender prontamente quaisquer exigências do representante contratante referentes ao objeto contratual;
- IX - Cumprir as demais obrigações constantes deste contrato.
- X – Obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XI - Será de responsabilidade da CONTRATADA, todos os materiais necessários as execuções de todos os serviços, assim como a mão-de-obra, obrigações sociais, seguros contra acidentes de trabalho e outros, inclusive transporte dos materiais e pessoal aos locais de trabalho.
- XII - Os danos resultantes de imperícia ou falta de cuidados na execução dos serviços, serão de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, inclusive os ônus decorrentes ou futuros que poderão surgir inclusive quando da execução do serviço, causada por erros ou equívocos constantes no objeto desta contratação.
- XIII - A CONTRATADA deverá executar os serviços objeto deste Contrato, em conformidade com o respectivo planejamento, normas e especificações técnicas, utilizando-se de material de qualidade, de acordo com o processo de dispensa de licitação que originou este contrato, dentro das normas técnicas e, ainda, com as instruções emitidas pelo CONTRATANTE;
- XIV - Admitir e dirigir, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, inclusive com os equipamentos de segurança, para a execução dos serviços, correndo por sua conta exclusiva todos os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária e civil, apresentando, ainda, ao CONTRATANTE, quando solicitado, a relação atualizada desse pessoal;
- XV - Executar, às suas custas, os reparos ou refazimento dos serviços executados em desacordo com o Contrato e seus anexos, sendo que, somente após a conclusão e recebimento de tais reparos, poderá ser procedida a medição correspondente;
- XVI - Deverá a contratada atender, no que couber, a todas as normas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
- XVII - A contratada providenciará que todas as medidas de proteção coletivas necessárias sejam implementadas, bem como, fornecerá e fiscalizará o uso de todos os seus trabalhadores dos equipamentos de proteção individual corretamente indicados para o desenvolvimento de suas tarefas, de acordo com a legislação específica.
- XVIII - A contratada é responsável pela observância das normas de segurança do trabalho, bem como o cumprimento das disposições relativas às condições e meio ambiente de trabalho,

determinadas na legislação federal, estadual e/ou municipal, e outras estabelecidas em negociações coletivas de trabalho.

XIX - A contratada é responsável pela aquisição e fornecimento de todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's necessários para a proteção de seus trabalhadores, observando as determinações na Norma Regulamentadora instituída pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

XX – Os encargos tributários, administrativos, trabalhistas, previdenciários e civis decorrentes do presente contrato competem exclusivamente à CONTRATADA.

XXII - A CONTRATADA ficará sujeita à fiscalização do CISVALE, que, a qualquer momento, poderá fazer a análise dos materiais entregues e/ou serviços prestados, os quais devem ocorrer de modo a garantir sua eficiência e eficácia, reservando-se ainda, o direito de recusar o recebimento dos mesmos, caso não estejam sendo entregues e executados nas condições avençadas.

6. DO INÍCIO, CONCLUSÃO, ENTREGA, RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

6.1 - A CONTRATADA se responsabiliza integralmente pela realização da prestação de serviços, atestando a qualidade do mesmo, que deverá ser realizado na sede da contratante.

6.2 - O objeto do presente contrato será fiscalizado por servidor designado pela contratada.

6.3 - O objeto do presente contrato, se estiver de acordo com as especificações, será recebido:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização mediante termo de recebimento provisório circunstanciado ou atestado, assinado pelas partes à medida em que forem sendo executados os serviços, ou entregues os materiais, e serão recebidos no prazo de até 5 dias;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada autoridade competente do contratante, mediante termo de recebimento, depois de cumprido integralmente o contrato.

6.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da empresa CONTRATADA, pela perfeita execução do contrato.

6.5 - A Administração poderá, em qualquer ocasião, exercer ampla fiscalização dos serviços, reservando-se o direito de, a seu critério, rejeitá-los quando não forem considerados satisfatórios.

6.6 Os produtos/serviços deverão estar em conformidade com as especificações e composições descritas no respectivo item os quais serão verificados no momento da entrega, bem como, devem atender a legislação vigente.

6.7 A contratada deverá fornecer o objeto deste contrato na sede da contratada no prazo assinalado por esta, sendo de inteira e expressa responsabilidade da empresa licitante todas as despesas necessárias para a entrega do objeto deste contrato, incluindo custos com fretes, recursos materiais e humanos, encargos sociais, fiscais, comerciais, trabalhistas, previdenciários e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

6.8 O recebimento provisório e definitivo, conforme o caso, observará o que dispõem os artigos 140 e seguintes da lei 14.133/2021.

7. DA ALTERAÇÃO DE CONTRATO

7.1 - Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no Art. 124 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

7.2 - Havendo a cisão, incorporação ou fusão da futura empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações ficará condicionada a análise por esta administração contratante do procedimento realizado, tendo presente à possibilidade de riscos de insucesso na execução do objeto contratado, ficando vedada a sub-rogação contratual.

8. DA RESCISÃO DO CONTRATO:

8.1 Reconhecem as partes o direito da Administração Municipal em rescindir administrativamente este contrato, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme o disposto no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que os motivos, a forma e as consequências da rescisão serão reguladas pelo disposto nos artigos 137 e seguintes, da citada Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2 O presente Contrato poderá ser rescindido nos casos e na forma previstos na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, bem como, as abaixo elencadas:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

X - A lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da execução dos serviços nos prazos estipulados;

XI - O atraso injustificado no início da entrega do objeto;

XII - A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à administração;

XIII - A sub contratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contrato com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

XIV - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

XV - O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma da lei 14.133/2021;

XVI – A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

XVII – A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XVIII – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XIX – A supressão, por parte da administração em serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido na lei 14.133/2021;

XX - A suspensão de sua execução, por ordem escrita da administração, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurando ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

8.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.3 - O contrato ora celebrado poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos casos previstos na Lei nº 14.133/2021 e alterações em vigor, bem como por superveniência de decisão judicial que importe motivos relevantes para a rescisão do presente instrumento.

9. DA GARANTIA TÉCNICA:

9.1 – A CONTRATADA dará garantia e será responsabilizada pelo objeto adquirido ou serviço prestado, de forma a substituí-lo imediatamente se verificada qualquer inconformidade.

10. DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1 - A CONTRATADA responderá administrativamente pela qualidade do equipamento ofertado, e essa se estenderá durante a garantia do mesmo.

10.2 - Pela inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente, ou infrações administrativas, descumprimento contratual, o CISVALE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

I - ADVERTÊNCIA: É o aviso por escrito, emitido quando a Contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido, pelo Setor responsável pelas licitações do Órgão, quando o descumprimento da obrigação correr no âmbito do contrato, sendo emitida por documento oficial do CISVALE. Será aplicada se verificadas pequenas irregularidades.

II - MULTA: É a sanção pecuniária que será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas do Órgão, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução dele, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes percentuais:

1 - Nos casos de atrasos ou descumprimentos:

a. Multa 1% (um por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto da licitação, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 20% (vinte por cento), que corresponde até 20 (vinte) dias de atraso;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, pela recusa na entrega serviço ou bem ou por infração a quaisquer das cláusulas do contrato e seus anexos;

c) multa de 20% (vinte por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir pelas perdas e danos a que der causa;

d) multa. 30% (trinta por cento) sobre o valor total contratado, pela inexecução total do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

IV - SUSPENSÃO: suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, em casos considerados de média gravidade.

V - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. A declaração de inidoneidade será aplicada somente em casos de maior gravidade.

10.3 A aplicação das sanções aqui previstas, pela Comissão especialmente designada pelo Presidente, quanto este ao decidir, deve delimitar de forma motivada a pena e sua extensão inclusive temporal, respeitados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, tomando por pressuposto as especificidades de cada caso e a gravidade das condutas apuradas.

10.4 – Comete infração administrativa a contratada que:

- a) quando houver descumprimento das cláusulas constantes do contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente;
- b) não mantiver a proposta;
- c) falhar ou fraudar a execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) fizer declaração falsa ou quando da apresentação de declaração ou documentação falsa para participação no certame por qualquer licitante;
- f) cometer fraude fiscal.
- g) quando não assinar o contrato no prazo assinalado.
- h) quando houver recusa injustificada da empresa em assinar a contrato e/ou seus aditivos, ou não os assinar dentro do prazo estabelecido;
- i) quando houver atraso injustificado na entrega do(s) material(ais) solicitado(s) e/ou execução do(s) serviço(s) por culpa da empresa;
- j) quando não corrigir deficiência apresentada no(s) material(ais) entregue(s) e/ou no(s) serviço(s) executado(s);
- k) apresentar documentação falsa;
- l) situações análogas a algum dos itens anteriores;

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.1 - As despesas relativas à execução do objeto do presente instrumento correrão à seguinte dotação orçamentária: **3.3.90.30.26 – Material Elétrico e Eletrônico.**

3.3.90.39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis.

12. DOS CASOS OMISSOS:

12.1 - Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela Lei nº 14.133/2021, pelo Código Civil e legislação específica que regulamente o objeto.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1 - A inexecução culposa do contrato pela CONTRATADA ensejará a incidência das penalidades previstas na Lei 14.133/2021, de acordo com a envergadura da penalidade.

13.2 - Ocorrendo descumprimento dos termos e condições deste contrato por qualquer das partes, a outra poderá resolvê-lo, sem ônus, mediante aviso formal.

13.3 - O CISVALE poderá resolver o presente instrumento, independentemente de motivação, no caso de interesse público, sem incidência de qualquer penalidade, nos termos da Lei 14.133/2021.

13.4 - Os serviços de que trata este contrato deverão ser prestados pela CONTRATADA, com observância das normas legais e éticas, bem como dos usos e costumes atinentes à matéria, de modo a resguardar sob qualquer aspecto, o interesse público, a segurança e os interesses do CISVALE.

13.5 - Para todas as questões oriundas do presente instrumento ficam eleito o Foro da Comarca de Santa Cruz do Sul.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor.

Santa Cruz do Sul, 30 de setembro de 2024

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇOS DO VALE DO RIO PARDO
Sandra Marisa Roesch Backes – Presidente CISVALE

JEFERSON LUIS DA CRUZ MEI
Jeferson Luis da Cruz – Representante Legal

Léa Regina Machado Vargas
Diretora Executiva CISVALE

Diogo Durigon
OAB/RS 60.822
Assessor Jurídico

TESTEMUNHAS:



*ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
CACHOEIRINHA*

CONFERIDO

PROCURADORIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2024

CONTRATO Nº03/2024

Nesta data, compareceu à sede da CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA, localizada na Rua Manatá, 565 – Jardim Colinas – CEP 94.940-190, em Cachoeirinha – RS, inscrita no CNPJ sob o número 92.099.811/0001-00, representada por seu Presidente, Sr. Edison de Sousa Cordeiro, doravante denominado CONTRATANTE, e CRIARE EMPREENDIMENTOS, estabelecida na Av. Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, 4410 – Centro – CEP 96.020-045, em Pelotas - RS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 30.217.108/0001-00, representada neste ato por Nikolas Aguiar da Rosa, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº034.747.790-95, doravante denominado CONTRATADO, para a aquisição dos bens referidos na Cláusula Primeira - Do Objeto, de que trata o processo administrativo nº03, em decorrência do Pregão Eletrônico nº 02/2024, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Manutenção predial para pequenas reformas e pequenas obras na Câmara Municipal de Cachoeirinha.

Equipe residente:

| Descrição | Unid. | R\$ |
|---|-------|--------------|
| AJUDANTE DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | mês | R\$ 5.260,72 |
| AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | mês | R\$ 5.060,11 |

Equipe sob demanda:

| Descrição | Hora | Franquia hora | Franquia mínima mensal |
|---|------|---------------|------------------------|
| SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 8 | R\$ 33,38 | R\$ 267,04 |
| PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 24 | R\$ 33,67 | R\$ 808,08 |
| PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 16 | R\$ 35,52 | R\$ 568,32 |



*ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
CACHOEIRINHA*

CONFERIDO

PROCURADORIA

| | | | |
|--|----|------------|--------------|
| ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 16 | R\$ 36,02 | R\$ 576,32 |
| ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 16 | R\$ 35,72 | R\$ 571,52 |
| JARDINEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 16 | R\$ 29,11 | R\$ 465,76 |
| TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 8 | R\$ 32,88 | R\$ 263,04 |
| AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 16 | R\$ 27,64 | R\$ 442,24 |
| GESSEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 8 | R\$ 33,38 | R\$ 267,04 |
| ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 8 | R\$ 147,41 | R\$ 1.179,28 |
| ARQUITETO JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 8 | R\$ 136,41 | R\$ 1.091,28 |

1.2. Este contrato vincula-se ao Edital, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço do fornecimento anual do contratado é de R\$ 201.849,00 (duzentos e um mil, oitocentos e quarenta e nove reais), constante da proposta vencedora da licitação, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECURSO FINANCEIRO

3.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do seguinte



*ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
CACHOEIRINHA*

CONFERIDO

PROCURADORIA

recurso financeiro: [Reproduzir texto do Anexo IV - FOLHA DE DADOS (CGL 19.1)]

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1. O prazo de duração do contrato é de [Reproduzir o texto do Anexo IV - FOLHA DE DADOS (CGL 16.4)], podendo ser renovado conforme Lei 14.133/2021. 4.2. A Vigência contratual terá início na data de assinatura da ordem de início, e nos casos em que não houver ordem de início, será da data de assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

5.1. A garantia para a execução do contrato oriunda deste Edital de Licitação e as regras para execução da referida garantia serão dispostas no **Anexo IV - FOLHA DE DADOS (CGL 21.1)**

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento deverá ser efetuado no prazo e nas condições estabelecidos no **Anexo IV - FOLHA DE DADOS (CGL 17.1)** mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pelo contratado, que deverá conter o detalhamento do fornecimento executado.

6.2. [Transcrever as condições estabelecidas no Anexo IV - FOLHA DE DADOS (CGL 17.1)].

6.3. O contratado não poderá protocolizar a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura antes do recebimento definitivo do objeto por parte do contratante.

6.4. A contagem do prazo para pagamento, estando o material/serviço devidamente entregue e toda a documentação completa e de acordo com as cláusulas deste contrato, iniciará somente quando da abertura do expediente de pagamento no órgão que emitiu a nota de empenho ou o contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE DO PREÇO

7.1 O contrato será reajustado, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da assinatura do contrato.

7.1.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.1.2. O valor do contrato será reajustado pelo IPCA, obedecendo-se a metodologia de cálculo adequada para sua atualização.

CLÁUSULA OITAVA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1. Caso o contratado pleiteie o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato



*ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
CACHOEIRINHA*

CONFERIDO

PROCURADORIA

deverão ser apresentados, juntamente com o requerimento, todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

8.2. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. Fornecer os bens conforme especificações contidas no **Anexo V - Termo de Referência** e de sua proposta, bem como no **Anexo IV – FOLHA DE DADOS**.

9.2. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, devendo comunicar ao contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

9.3. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e comerciais decorrentes da execução do presente contrato.

9.4. Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas na presente licitação, bem como, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

9.5. Responder diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

9.6. Atender integralmente o Termo de Referência.

9.7. Atender às seguintes obrigações, decorrentes da Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD:

9.7.1. garantir que a gestão dos dados pessoais decorrentes do contrato ocorra com base nas Diretrizes e Normas Gerais da LGPD, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

9.7.2. garantir que os dados pessoais envolvidos no objeto deste contrato não serão utilizados para compartilhamento com terceiros alheios ao objeto de contratação, tampouco utilizados para finalidade avessa à estipulada por este documento, salvo casos previstos em lei.

9.7.3. garantir que os dados regulamentados pela LGPD estarão armazenados dentro do território nacional, salvo exceções de comum acordo com a contratante.

9.7.4. se abster de analisar o comportamento dos titulares dos dados regulados pela LGPD, com o objetivo de divulgação a terceiros, conduta esta que é expressamente vedada pelo presente contrato.

9.7.5. garantir que a execução do objeto da contratação esteja plenamente



*ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
CACHOEIRINHA*

CONFERIDO

PROCURADORIA

adequada à LGPD, permitindo auditorias solicitadas pela contratante.

9.8. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

9.9. [Reproduzir, se for o caso, outras obrigações específicas previstas no Item **Anexo IV - FOLHA DE DADOS (CGL 20.1)**].

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato, por servidores designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.3. Notificar o contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção.

10.4. Pagar ao contratado o valor resultante do fornecimento, no prazo e condições estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Das Infrações Administrativas

11.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

11.1.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.1.4. enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;

11.1.1.5. apresente declaração ou documentação falsa ou preste declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.1.6. pratique ato fraudulento na execução do contrato; comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza; ou

11.1.1.7. pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



*ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
CACHOEIRINHA*

CONFERIDO

PROCURADORIA

11.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas

11.2.1. A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

11.2.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas:

11.2.2.1. advertência, para a infração prevista na subcláusula 11.1.1.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2.2. multa, nas modalidades:

11.2.2.2.1. compensatória, de até 10% sobre o valor da parcela inadimplida, para quaisquer das infrações previstas nas subcláusulas 11.1.1.1. a 11.1.1.8;

11.2.2.2.2. moratória, pelo atraso injustificado na execução do contrato, de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.2.3. Impedimento de licitar e contratar, para as infrações previstas nas subcláusulas 11.1.1.2. a 11.1.1.6., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nas subcláusulas 11.1.1.7.

11.3. Da Aplicação das Sanções

11.3.1. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11.3.2. A aplicação de sanções não exime o Contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

11.3.2.1. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

11.3.3. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital/Contrato.

11.3.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.3.5. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do caput do art. 137 da Lei federal nº 14.133/2021.

11.3.6. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30, nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código



*ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
CACHOEIRINHA*

CONFERIDO

PROCURADORIA

Penal), ou na Lei estadual nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, em especial seu art. 41.

11.3.7.Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

11.3.8.As sanções de suspensão e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do licitante nos cadastros legais.

11.3.9.A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital/Contrato.

11.3.10. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

11.4. Da execução da garantia contratual

11.4.1.O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual. 11.4.2.Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante.

11.4.3.Se os valores da garantia e das faturas forem insuficientes, fica o contratado obrigado a recolher a diferença devida, no prazo de 10 (dez) dias, contados da comunicação oficial.

11.4.4.Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo contratado ao contratante, o débito será encaminhado para a Procuradoria Geral do Município para as providências cabíveis.

11.4.5.Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, essa deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias, contado da solicitação do contratante.

11.4.6.Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO ANTECIPADA

12.1. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse da Administração nas hipóteses do art. 137 com as consequências previstas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a decisão ser formalmente motivada, assegurando-se ao contratado o contraditório e a ampla defesa.

12.2. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse do contratado nas hipóteses do art. 137 §2º com as consequências previstas no art. 138 §2º da Lei 14.133/2021.

12.3. A extinção antecipada do contrato deverá observar os seguintes requisitos:



*ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
CACHOEIRINHA*

CONFERIDO

PROCURADORIA

- 12.3.1. levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.3.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.3.3. apuração de indenizações e multas;
- 12.3.4. notificação dos emitentes da garantia prevista na cláusula quinta deste contrato, quando cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS VEDAÇÕES

13.1. É vedado ao contratado:

- 13.1.1. caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;
- 13.1.2. interromper o fornecimento sob alegação de inadimplemento por parte do contratante, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

- 16.1. Se qualquer das partes relevar eventual falta relacionada com a execução deste contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas.
- 16.2. As partes considerarão cumprido o contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pelo contratante.
- 16.3. O presente contrato somente terá eficácia após a assinatura das partes e divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.
- 16.3.1 Nos casos de urgência, a eficácia se dará a partir da assinatura das partes, permanecendo a exigência da divulgação no PNCP no prazo legal.
- 16.4. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato,



*ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
CACHOEIRINHA*

CONFERIDO

PROCURADORIA

respondendo pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.

16.5. Integram esse Contrato: o Edital e todos os seus anexos, bem como a proposta apresentada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Fica eleito o Foro de Cachoeirinha/RS, como o competente para dirimir quaisquer questões advindas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cachoeirinha, 01 de abril de 2024.

NIKOLAS
AGUIAR DA
ROSA:0347
4779095

Assinado de forma
digital por NIKOLAS
AGUIAR DA
ROSA:03474779095
Dados: 2024.04.29
10:31:22 -03'00'

CONTRATANTE

Edison de Sousa Cordeiro
Presidente

CONTRATADO

Nikolas Aguiar da Rosa
Sócio Administrador



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

MANIFESTO DO DOCUMENTO

Memorando

Protocolo Nº: 2411

Documento Nº: 632/2024

Protocolo Data: 29/04/2024

Processo Nº: SN



Gerado por Guiomar Medeiros Souza na repartição Compras e Licitação dia 26/04/2024 às 11:50

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

LPP2Z-3O8ED-CC4MD-86OHT-6WZ7P

Para confirmar a autenticidade acesse <http://rs-cachoeirinha-camara.sistemalegislativo.com.br/validador-assinatura>

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme DOC-ICP-15 de 25/8/2015.



Nome Edison de Sousa
Cordeiro

Data 29/04/2024 10:03

CPF/CNPJ 585.XXX.XXX-72



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Boa Vista do Buricá
Terra de Empreendedores
Setor de Licitações

TC-Com 010/2024

TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO BURICÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Avenida Três Passos, nº 271, inscrita no CNPJ sob nº 87.612.867/0001-86, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor JOAO RUDINEI SEHNEM, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 941.136.020-34 e RG nº 1071381964, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa **GIRNEI A. HAHN-ELETRECISTA**, inscrito no CNPJ 17.859.827/0001-58, neste momento representada pelo Sr. GIRNEI ANTÔNIO HAHN, CPF: 645.857.510-68, RG 6041524056 SSP/PC RS, doravante denominado CREDENCIADO, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, de conformidade com a Lei nº 14.133/21/04/2021, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a prestação dos serviços de

| | SERVIÇOS | UN | Quant. | VALOR |
|---|--|-----------|---------------|--------------|
| b | Serviços de Eletricista | H | 250 | R\$ 39,00 |
| c | Serviços de Hidráulica | H | 200 | R\$ 39,00 |
| h | Serviços de Eletricista Iluminação Pública | Pontos | 1000 | R\$ 75,00 |

Parágrafo único: Os serviços serão encaminhados pelas Secretarias conforme a necessidade, limitado ao orçamento disponível. Não será estipulado número mínimo de horas de trabalho ou pontos de atendimento, podendo ser uma hora ou um ponto, conforme a necessidade do município.

1.2. O deslocamento da máquina é de responsabilidade do credenciado, sendo computado somente as horas trabalhadas na propriedade designada.

1.3. Os serviços deverão ser prestados conforme apresentados no Termo de Referência, Anexo I do Edital, que faz parte deste Credenciamento.

1.4. Os serviços deverão ser realizados com o uso dos EPIs necessários conforme legislação pertinente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1. O prazo de vigência do Credenciamento a ser celebrado por decorrência do presente chamamento será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo pactuado entre as partes e em conformidade ao art.107, da Lei no 14.133/2021. A prorrogação da vigência contratual dependerá de aprovação das dotações orçamentárias próprias para as referidas despesas.

2.2. Havendo prorrogação, os valores contratados serão reajustados anualmente na data de 1º de março de acordo com a variação do IPCA do período.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA E DO PRAZO DO PAGAMENTO

3.1. O MUNICÍPIO pagará pelos serviços prestados pelo credenciado, 10 dias após recebimento do material/Nota Fiscal, conforme o número serviços/hora realizados por encaminhamento do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de prestação de serviços;

II – O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo as condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - é de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO a utilização de pessoal qualificado para a execução dos respectivos serviços, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício ou comerciais;

IV - É vedado:

a) a realização dos serviços com utilização de servidores do Município;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Boa Vista do Buricá
Terra de Empreendedores
Setor de Licitações

b) o credenciamento de empresas que mantenham em seu quadro societário servidores do Município, Art. 06º, inciso V e Art. 14, inciso IV da Lei 14.133/2021, bem como de pessoas jurídicas com as quais esses mantenham qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. O CREDENCIANTE realizará, subsidiariamente, fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo ficará a cargo da Secretaria Municipal da Obras e Viação, que designará servidor para tanto, não excluindo ou restringindo a responsabilidade do CREDENCIADO na prestação do serviço, objeto desse Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1. A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

- a) pela ocorrência de seu termo final;
- b) por solicitação do CREDENCIADO;
- c) por acordo entre as partes;
- d) por esgotamento do orçamento na rubrica;
- e) unilateral, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA COBERTURA FINANCEIRA

7.1. Para a cobertura das despesas do presente instrumento, serão utilizados recursos previstos no Orçamento, sob a seguinte dotação: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

8.1. Em caso de negativa injustificada de atendimento, além do descredenciamento, serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a) multa de 100% sobre o valor do serviço, por ocorrência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 02 (dois) anos.

8.2. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que observando o prazo de antecedência de 30 (trinta) dias, durante o qual deverá atender a eventual demanda existente.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. Fica eleito o foro da Comarca de Três de Maio para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solvidas administrativamente.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor e forma.

Boa Vista do Buricá/RS, 21 de março de 2024.

JOÃO RUDINEI SEHNEM
CREDENCIANTE

GIRNEI A. HAHN - ELETRICISTA
CREDENCIADO

Fiscal: **LIZIANE PAZ SIMON GROSS**
Fiscal Port 032/2021

Testemunha: _____
CPF: _____

CPF: _____



Setor de Compras e Licitações

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

Fornecedor: Serviços Petry

CNPJ/CPF: 27.076.192/0001-76

E-mail: cesar_petry@live.com

Endereço: Rua Garibaldi 41

Cidade: Imigrante

Estado: RS

Telefone: (51) 9 82323417

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

| Item | Descrição | Qtd. | Unid. | Valor Un. | Valor Total |
|------|--|------|-------|-----------|--------------|
| 01 | Registro de preços visando a prestação dos serviços de eletricista, no Município de Imigrante. | 1700 | Hora | R\$35,00 | R\$59.500,00 |

A prestação dos serviços deverá compreender: realização de reparos e instalações elétricas diversas, incluindo iluminação pública (troca de reator, lâmpada, fiação); instalação de disjuntores, fusíveis, tomadas, interruptores, lâmpadas, quadros de luz, troca e instalação de fiação; instalação de aparelhos elétricos, manutenção elétrica preventiva e corretiva; reparo e substituição de componentes; realizar análises de melhorias e adequações nas instalações elétricas dos prédios públicos e eventos municipais, entre outras atividades relacionadas.

- A empresa deverá manter profissional disponível a qualquer tempo, 24h/dia, para executar os serviços necessários.
- O profissional deve ter capacitação profissional de eletricista e nas NR 10 e 35.
- Poderá, ao longo da prestação de serviço, ofertar a possibilidade de um eletricista adicional na prestação de serviço, o que, deverá ser especificado no relatório de prestação de serviços e na ordem de compra.

Prazo máximo para resposta: 05 dias úteis

Documento assinado digitalmente



CESAR LUIZ PETRY

Data: 08/10/2024 13:04:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>**Carimbo CNPJ****Data e Assinatura do Fornecedor**

Imigrante, 08 de outubro de 2024.



Setor de Compras e Licitações

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

Fornecedor: *Wilmar Wathier*CNPJ/CPF: *31.757.848/0001-64*E-mail: *wilmar.wathier@bol.com.br*Endereço: *Rua Atinda Machado, 45*Cidade: *Colinas*Estado: *RS*Telefone: *(51) 981721728*

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

| Item | Descrição | Qtd. | Unid. | Valor Un. | Valor Total |
|------|--|------|-------|------------------|----------------------|
| 01 | Registro de preços visando a prestação dos serviços de eletricista, no Município de Imigrante. | 1700 | UN | R\$ <i>52,00</i> | R\$ <i>88.400,00</i> |

A prestação dos serviços deverá compreender: realização de reparos e instalações elétricas diversas, incluindo iluminação pública (troca de reator, lâmpada, fiação); instalação de disjuntores, fusíveis, tomadas, interruptores, lâmpadas, quadros de luz, troca e instalação de fiação; instalação de aparelhos elétricos, manutenção elétrica preventiva e corretiva; reparo e substituição de componentes; realizar análises de melhorias e adequações nas instalações elétricas dos prédios públicos e eventos municipais, entre outras atividades relacionadas.

- A empresa deverá manter profissional disponível a qualquer tempo, 24h/dia, para executar os serviços necessários.
- O profissional deve ter capacitação profissional de eletricista e nas NR 10 e 35.
- Poderá, ao longo da prestação de serviço, ofertar a possibilidade de um eletricista adicional na prestação de serviço, o que, deverá ser especificado no relatório de prestação de serviços e na ordem de compra.

Prazo máximo para resposta: 05 dias úteis

Carimbo CNPJ

Wilmar Wathier

Data e Assinatura do Fornecedor

RECEBIDO EM: *21/10/2024*

POR: *Adriano M. Ritz*

Imigrante, 08 de outubro de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMIGRANTE

Rua Castelo Branco, 15 - Centro

Fone: 3754-1100

CNPJ: 92.454.776/0001-08

95.885-000 – IMIGRANTE-RS

Setor de Compras e Licitações

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

Fornecedor: ZENI E PAULO S SERVIÇOS TELEFONIA LTDA

CNPJ/CPF: 24.384.641/0001-55

E-mail: contato@agrtelecom.br

Endereço: Rua Vinte e um de abril 795- Roca Sales

Cidade: Roca Sales

Estado: RS

Telefone: 51 984566084

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

| Item | Descrição | Qtd. | Unid. | Valor Un. | Valor Total |
|------|--|------|-------|-----------|---------------|
| 01 | Registro de preços visando a prestação dos serviços de eletricitista, no Município de Imigrante. | 1700 | UN | R\$60,00 | R\$102.000,00 |

A prestação dos serviços deverá compreender: realização de reparos e instalações elétricas diversas, incluindo iluminação pública (troca de reator, lâmpada, fiação); instalação de disjuntores, fusíveis, tomadas, interruptores, lâmpadas, quadros de luz, troca e instalação de fiação; instalação de aparelhos elétricos, manutenção elétrica preventiva e corretiva; reparo e substituição de componentes; realizar análises de melhorias e adequações nas instalações elétricas dos prédios públicos e eventos municipais, entre outras atividades relacionadas.

- A empresa deverá manter profissional disponível a qualquer tempo, 24h/dia, para executar os serviços necessários.

- O profissional deve ter capacitação profissional de eletricitista e nas NR 10 e 35.

- Poderá, ao longo da prestação de serviço, ofertar a possibilidade de um eletricitista adicional na prestação de serviço, o que, deverá ser especificado no relatório de prestação de serviços e na ordem de compra.

Prazo máximo para resposta: 05 dias úteis

Carimbo CNPJ

Zeni & Paulo S.
Serviços de Telefonia Ltda
CNPJ: 24.384.641/0001-55
IE: 102/0016130

Graziele Terri Scoffo
Data e Assinatura do Fornecedor

Imigrante, 08 de outubro de 2024.